



[Início](#) [Jornal do Senado](#) [Rádio Senado](#) [TV Senado](#) [Relações Públicas](#) [Senado na Mídia](#) [DataSenado](#) [Blog do Senado](#) [Campanhas](#)

ACONTECE

Acompanhe as notícias do Senado no [facebook.com/agenciasenado](https://www.facebook.com/agenciasenado)
 Acompanhe as notícias do Senado no [facebook.com/agenciasenado](https://www.facebook.com/agenciasenado)

Editorias

» [Administração pública](#) » [Denúncia](#) » [Economia](#) » [Educação](#) » [Eleições](#) » [Infraestrutura](#) » [Institucional](#) » [Justiça](#) »

[Meio ambiente](#) » [Mundo](#) » [Orçamento](#) » [Segurança pública](#) » [Senado](#) » [Sociedade](#)

[Edições anteriores](#) [Especial](#) [Cidadania](#) [Publicações](#)

» [Revista Em Discussão!](#) » [Encartes](#) » [Encartes Interlegis](#) » [Revistas de balanço](#)

[Infográficos](#) [Redes sociais](#)

» [Facebook](#) » [Twitter](#)

[Álbuns de fotos](#) [Expediente](#)

» [Quem Somos](#) » [Fale Conosco](#)

Você está aqui: [Portal de Notícias](#) › [Jornal do Senado](#) › Edição de 10 de julho de 2012 › [Cidadania](#)

10/07/2012 - Cidadania

CPI denuncia falta de estrutura para atender mulheres em situação de risco



[Tweetar](#) 0

Joseana Paganine

Criada em fevereiro, a CPI mista que investiga a violência contra a mulher já realizou 18 audiências públicas em Brasília e em sete estados para ouvir representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e associações de proteção às mulheres. Com previsão de encerramento neste mês, a CPI deve prorrogar suas atividades por mais 180 dias, antes de divulgar o relatório com o diagnóstico do problema e as recomendações a ser feitas pela comissão.

Uma das conclusões, no entanto, parece já ser ponto pacífico entre os que se dedicam ao assunto: um dos principais problemas é a carência de instrumentos públicos para proteger a mulher e punir o agressor. E os que existem são insuficientes ou ineficientes.

Em audiência da comissão, a secretária nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, informou que menos de 10% dos municípios têm serviços especializados em atender vítimas de violência. Segundo ela, há no país 963 unidades de atendimento à mulher, como delegacias, centros de referência, juizados especiais e abrigos. Só que grande parte delas está concentrada nas capitais. Interior e zona rural praticamente não possuem rede de atendimento.

[Busca Avançada...](#)



Para enfrentar o problema, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM), Eleonora Menicucci, defendeu mais recursos para as ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Lançado em 2007, o pacto prevê planejamento e execução de ações integradas entre governo federal, estados e municípios para combate à violência contra a mulher.

De 2007 a 2011, a União investiu R\$ 132,5 milhões no pacto, um aumento, segundo a ministra, de 500% em relação ao período 2003–2006. Entretanto, Eleonora defendeu que estados e municípios não podem depender somente de repasses federais:

— A violência acontece no município e no estado. Então, a rede tem de estar lá.

Dados e cultura

Outros problemas, no entanto, também são apontados. Entre eles, está a falta de dados confiáveis na área de segurança pública. A presidente da CPI mista, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), lembrou que o Brasil não possui banco de dados centralizado sobre violência, inclusive contra a mulher, o que é um obstáculo à formulação de políticas públicas na área de segurança.

A solução para o problema pode vir em breve com a sanção do Projeto de Lei 4.024/12, do senador Magno Malta (PR-ES), aprovado em junho pela Câmara. A proposta cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública (Sinesp), que unifica a metodologia de informação e vincula a liberação de verbas para os estados ao envio de dados para o sistema.

E, por trás desses problemas, está, ainda, a questão cultural. Conforme alerta o Mapa da Violência, altos índices de homicídios femininos são acompanhados, frequentemente, de níveis elevados de tolerância à violência contra a mulher.

É o que acredita também a professora Lia Zanotta, da Universidade de Brasília (UnB). Para ela, a sociedade brasileira legitima determinadas formas de violência contra a mulher. Até a condenação do estupro, segundo Zanotta, ainda depende da visão moral que se tem da vítima. A professora denuncia que existe uma concepção enraizada no Brasil de que os homens têm controle e posse sobre as mulheres.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

Leia mais sobre Cidadania

[Lei Maria da Penha não diminuiu a violência, constata levantamento](#)

[Pesquisa realizada pelo DataSenado indicou aumento da violência contra a mulher](#)

[Saiba mais sobre proteção à mulher vítima de violência](#)

[A quem pedir ajuda em caso de agressões](#)

[Mapeamento aponta aumento da violência contra a mulher](#)

[Projetos contra a violência doméstica em tramitação](#)

Cidadão

[Fale com o Senado](#)

[Respostas rápidas](#)

[Glossário Legislativo](#)

